

UMA ESCOLA PARA TODOS: DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Autor: Cleidiane de Oliveira Silva[†]

Orientadora: Prof. Dra. Paula Almeida de Castro^{††}

Universidade Estadual da Paraíba- PPGFP- cleidiane.oliveira@ifpi.edu.br

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP - castro_paula@terra.com.br

Resumo

O presente artigo tem como finalidade fazer uma breve análise da Educação Especial no Brasil, na perspectiva do Paradigma Inclusivo, destacando a atuação das escolas regulares na oferta de uma proposta pedagógica, currículo, metodologia e avaliação que atenda todos os alunos independente de suas especificidades. O grande desafio é propor uma pedagogia comum e ao mesmo tempo diferenciada que atenda a todos excluindo o princípio da segregação. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental e se fundamenta em artigos científicos, dissertações, livros, textos legais e documentos oficiais. Apresenta, como suporte teórico, embasamento em estudiosos como: Corrêa (2004); Fonseca (1995); Mantoan (2002); Mazzota (2005); Oliveira(2004), entre outros. Por um longo período a Educação Especial se configurou como um atendimento educacional que ocorria especificamente em classes especiais e a partir da década de 90 com o advento do Paradigma Inclusivo esse segmento da Educação ganhou um novo enfoque. Muitos movimentos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos que ocorreu em Jomtien na Tailândia e especialmente a Declaração de Salamanca na Espanha constituem marcos decisivos para o compromisso da oferta e educação de qualidade para todos, pois esses documentos preconizam que os sistemas educativos adotem práticas, currículo e avaliações que privilegiem a diversidade dentro do ambiente escolar.

[†]*Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Piauiense (FAP). Especialista em Docência do Ensino Infantil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestranda em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

[†] **Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Professora Doutora de Formação de Professores da Educação Básica da Universidade Estadual da Paraíba - Centro de Educação. Orientadora de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Formação de Professores. Coordenadora Institucional do PIBID/UEPB.

Palavras-chave: Educação Especial, Paradigma Inclusivo, Especificidades, Pedagogia.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Especial atualmente é definida como a modalidade de educação escolar ofertada às pessoas com necessidades educacionais especiais em todos os níveis de ensino, como assegura a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394 de 1996. Deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, nas classes comuns e o aluno deve ter acesso ao atendimento educacional especializado como atividade complementar. Essa modalidade de educação concebe como aluno com necessidades educacionais especiais aqueles com altas habilidades ou superdotação, com transtornos globais do desenvolvimento e com deficiências sejam elas físicas ou intelectuais.

Porém é preciso reconsiderar que nem sempre foi assim. O processo ocorre a passos lentos e de forma gradual e paulatina. A Educação Especial foi muito tempo definida como uma “assistência” dada aos alunos com deficiências. Essa assistência não tinha uma finalidade educativa. O processo educativo para os alunos com deficiência, seja ela física, mental ou intelectual, era considerado inviável. O que ocorria era apenas um tratamento médico-hospitalar e até mesmo terapêutico. Não existia interesse dos estudiosos em pesquisar sobre a área. “A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiências é atitude muito recente em nossa sociedade” (Mazzota, 2005, p. 15). O desconhecimento sobre as deficiências contribuiu para que durante muito tempo essa camada da população tivesse seus direitos renegados, impedindo até mesmo que estabelecessem uma vida social, a comunicação e um simples diálogo.

Estudos realizados por Mazzota (2005) mostram que havia uma descrença muito forte sobre o processo de escolarização dos alunos com necessidades educacionais especiais. Muitas barreiras foram e ainda precisam ser derrubadas para que esse processo se efetive, porém não podemos negar que houveram avanços e que isso refletiu diretamente na prática pedagógica de todos que fazem a Educação.

A Europa foi a pioneira em atendimentos educacionais às pessoas com deficiências. Esses atendimentos foram ampliados alcançando os Estados Unidos e o Canadá, e em seguida diversos países, dentre eles o Brasil.

É importante ressaltar que o número de alunos com deficiências vem aumentando largamente. Com o aumento do índice de violência e o quantitativo de acidentes esse público já compreende



uma grande parcela da população brasileira. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2000 aponta 14,5 % da população brasileira que apresenta alguma deficiência.

2 DA EDUCAÇÃO ESPECIAL À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As primeiras instituições destinadas a atender ao público com necessidades educacionais especiais no Brasil se reservaram às pessoas com deficiência visual e auditiva. Primeiramente, em 1854, foi fundado o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que logo depois foi denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que atendia meninos surdos que possuíam entre sete e quatorze anos de idade.

Essas instituições contribuíram significativamente para o avanço de práticas inclusivas em nosso país e a partir de 1900 foram surgindo indicadores que mostravam o interesse da sociedade em relação às pessoas que apresentavam necessidades educacionais especiais e, tal fato provocou o crescimento do número de trabalhos científicos e técnicos, assim como a realização de congressos e a criação de estabelecimentos de ensino tanto públicos como privados direcionados a esse público.

Muitos defendem que a luta pelo desenvolvimento e evolução da Educação Especial no Brasil não é tão recente, pois há algum tempo já se articulam serviços que atendem às pessoas com deficiência. Autores que embasam esse estudo, como por exemplo Mazzota e Jannuzzi, afirmam que na verdade a Educação Inclusiva não surgiu nos anos 90, mas sim evoluiu, pois passava por um processo de transformação e avanços que resultou nesse novo princípio educacional para alunos especiais.

Essa evolução envolve os chamados modelos ou paradigmas da Educação Especial. Na tentativa de superar um padrão que já não mais atendia aos anseios da sociedade foram surgindo outros modelos que temporariamente respondiam às exigências de cada época.

3 UMA ESCOLA PARA TODOS

A Educação Inclusiva no Brasil foi impulsionada por diversos movimentos internacionais que ocorreram a partir do final da década de 80: Convenção dos Direitos da Criança (1989) em Nova





York; Conferência Mundial de Educação para Todos(1990) em Jomtiem na Tailândia; Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais(1994) em Salamanca na Espanha e o Fórum Consultivo Internacional para a Educação para Todos(2000) em Dakar no Senegal. Todas essas atividades foram imprescindíveis para o avanço de práticas escolares inclusivas em nosso país, entretanto a que mais se destacou foi a Conferência Mundial realizada em Salamanca.

Nessa reunião 92(noventa e dois) governos e 25(vinte e cinco) organizações internacionais reconheceram que a educação é um direito de todos, independente das condições sociais, emocionais, físicas etc. O referido documento defende que:

Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos...(Declaração de Salamanca, 1994, p.)

O referido documento orienta que as instituições de ensino devem ultrapassar a concepção homogeneizadora e aderir ao princípio da diversidade, pois independente das condições dos alunos com necessidades educacionais especiais a heterogeneidade é condição permanente das salas de aula. Os sujeitos, participantes do processo ensino-aprendizagem, são seres únicos e dotados de ritmos e estilos de aprendizagem que devem ser respeitados levando cada educando a desenvolver seu potencial independente das suas limitações. O foco é nas potencialidades e não nas limitações.

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não têm valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento. (MANTOAN, 2002, p.84)

Além de avançar no reconhecimento e valorização das diferenças é necessário reconhecer e valorizar a multiplicidade de saberes o que envolve a proposição de um currículo, avaliação e práticas vinculadas e/ou condizentes com a realidade dos sujeitos. O princípio da normalização deve

ser abandonado, visto que não podemos estabelecer padrões de aprendizagem. A acessibilidade ultrapassa a questão estrutural/arquitetônica, envolve também o currículo, a metodologia e os recursos didático-pedagógicos.

Segundo as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica, documento proposto em 2001, as escolas devem ofertar uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços para apoiar, complementar e suplementar os serviços educacionais de modo a promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O sistema de ensino terá de equacionar o deficiente como um ser humano possuidor de um potencial de aprendizagem, de um perfil intra-individual e de um repertório de comportamentos que têm de ser maximizados e otimizados pelo próprio processo educacional. (FONSECA, 1995 p. 202).

Os pesquisadores Silva e Martins(2007) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que a prática de inclusão se baseia em diversos princípios dentre eles a aceitação, a valorização, a diversidade e a cooperação.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que por sua vez, bala a identidade dos professores e faz que seja resignificada a identidade do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, pois não tem uma identidade fixada em modelos ideais e permanentes (MANTOAN, 2003). O objetivo é perceber o sujeito e as suas singularidades para que as escolas sejam reestruturadas e as barreiras que são obstáculos à inclusão sejam eliminadas.

4 METODOLOGIA

O presente estudo teve como fundamento a pesquisa bibliográfica e documental. Para que qualquer pesquisa seja realizada é imprescindível ter um maior esclarecimento acerca da temática e os dois tipos de pesquisa nos possibilita essa inserção no campo da discussão. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos traz como fontes materiais já elaborados como livros, artigos, dissertações etc, a

pesquisa documental nos dá como fontes de dados tabelas, jornais, revistas, documentos oficiais, filmes, relatórios entre outros.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

Ainda convém ressaltar que alguns estudiosos elencam alguns passos determinantes para se realizar uma pesquisa documental. É necessário delimitar o problema e a partir daí os objetivos; escolher os documentos, acessá-los e analisá-los para finalmente redigir o texto.

As pesquisas bibliográfica e documental contribuíram para que uma breve análise da Educação Especial brasileira, objetivo deste estudo, fosse realizada. Foi necessária uma leitura aprofundada de diversos documentos oficiais e bibliográficos que desenhavam a história dessa modalidade de Educação em nosso país. Estudiosos como Mazzotta(2005), Mantoan(2003), Corrêa(2004) entre outros subsidiaram toda a pesquisa e colaboraram para a finalidade pretendida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação de qualidade para todos é o grande objetivo desse ramo da Educação que defende a heterogeneidade como um aspecto positivo para o crescimento intelectual, social e cultural de todos os indivíduos.

Com a difusão da Declaração de Salamanca em 1994 esta proposta ganhou ainda mais força e a Educação Especial teve o seu papel redimensionado propondo uma nova postura da escola e de seus membros, ou seja, a inclusão vai muito mais além que uma transformação na estrutura física, ela requer uma mudança no projeto político-pedagógico, na avaliação, no currículo, na metodologia e por conseqüência no professor que é o grande agente mediador de todo esse processo.



A democratização do ensino não significa somente aumento no número de vagas nas instituições (públicas ou particulares), pois isso não garante a efetivação de uma política inclusiva. A idéia de inclusão vai muito mais além do que simplesmente aceitar alunos especiais no ensino regular. É preciso repensar situações que possam vir a minimizar a exclusão ou a segregação que estão visivelmente presentes na maioria das escolas brasileiras e para isso o professor juntamente com seus parceiros (Estado, escola e família) deve refletir acerca de seu papel.

A reformulação da escola para incluir os excluídos precisa ser uma revolução que a ponha do avesso em sua razão de existir, em seu ideário político pedagógico. É necessário muito mais do que uma reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem, ou de uma maior preparação do professor. (KUPFER; PETRI, 2000, p.112).

Assim percebemos que a escola e todo seu corpo docente além da promoção do processo de aprendizagem também são responsáveis pela construção da cidadania dos indivíduos. A escola representa muito mais que um espaço com o dever de ensinar, pois amplia as relações afetivas, a aquisição de normas e de valores. Não basta ampliar as vagas para pessoas com necessidades educacionais especiais faz-se necessário também garantir seu acesso e a permanência na instituição.

As escolas para todos caracterizam-se por reconhecer e valorizar as diferenças, a heterogeneidade das turmas e a diversidade dos processos de construção coletiva e individual do conhecimento. Tais escolas são inclusivas, pois não excluem os alunos, ou seja, não têm valores e medidas predeterminantes de desempenho escolar, considerando a pluralidade um fator relevante para o desenvolvimento do pensamento. (MANTOAN, 2002, p.84)

O processo de inclusão escolar é uma abordagem humanística e democrática que vai além dos muros da escola. É preciso reestruturar a sociedade, as mentes e as escolas com o objetivo de assegurar e garantir os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais e o respeito à diversidade humana.

As escolas devem adequar-se aos educandos e não ao contrário. É preciso avançar nas proposições teóricas como documentos normativos, diretrizes e orientações, mas não podemos permitir que haja um hiato entre a teoria e a prática. A prática deve acompanhar o discurso, superando essa dicotomia, uma fortalecendo o outro.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF. Senado 1988.

BRASIL, **Conselho Nacional da Educação**. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394). Brasília, 1996.

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Princípios, Políticas e Práticas em Educação. Espanha, 1994.

FONSECA, Vítor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GLAT, Rosana. **Inclusão total: Mais uma utopia?** Revista Integração. Brasília, v. 8, n. 20, 1998.

GLAT, R. & FERNANDES, E. M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira**. Revista Inclusão: MEC / SEESP, vol. 1, nº 1, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE.

JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



KUPFER, M.C.M.; PETRI, R. **Por que ensinar a quem não quer aprender?** Estilos da Clínica. Revista sobre a infância com problemas, v.5, n.9, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. (temas básicos de educação e ensino).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino inclusivo/educação(de qualidade) para todos.** Revista Integração, nº 20, p. 29-32, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. (coleção cotidiano escolar).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil:** História e políticas públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social.** Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Adilson Florentino da. **A Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física.** Brasília: MEC, 2006.